



3.2.8 • As incertezas da Europa • A diversidade de situações e de relações

A Ucrânia e as incertezas da União Europeia

Alena Vieira
Francisco Melo

A VIZINHANÇA DA UNIÃO EUROPEIA (UE) continua a apresentar novos desafios para a ação da UE enquanto ator regional. Uma grande parte destes desafios está relacionada com a Primavera Árabe, que fez a UE repensar os seus instrumentos, incentivos e bases de cooperação com os países da sua vizinhança. Ao mesmo tempo, os dilemas e problemas das relações com a UE não são específicos para o Sul, mas também para o Leste da sua vizinhança. No contexto das novas iniciativas integrativas de Moscovo, surge novamente a antiga pergunta: como lidar com os países orientados para a UE, mas que se situam numa zona vista por Moscovo como sendo da sua esfera de influência, o seu 'Estrangeiro Próximo'? Entre todos os países que participam na Parceria Oriental, a Ucrânia ocupa um lugar especial no contexto dos dilemas e desafios para a UE.

A UE e o estado da democracia na Ucrânia em 2012

No decorrer do ano de 2012 a relação entre a União Europeia e a Ucrânia não mudou significativamente. Este foi, aliás, um ano que confirmou um cenário de paralisia na ligação bilateral, fruto, em grande medida, de um contexto político interno em contínua degradação. Ilustrativo deste ponto foi a necessidade por parte de Kiev de cancelar a cimeira da Iniciativa Centro-Europeia, em Maio 2012, devido à decisão dos líderes dos países regionais de não atender a este evento. Os líderes dos países da União Europeia também optaram por um boicote do campeonato de futebol Euro 2012 que decorreu na Polónia e Ucrânia, denunciando a precariedade democrática vivida em Kiev, e, em particular, o atropelo dos direitos humanos

verificados nos maus tratos à principal opositora do executivo, Yulia Tymoshenko.

Este quadro tornou-se particularmente evidente desde a eleição de Viktor Yanukovich, em Fevereiro de 2010. Com efeito, as políticas de condicionalidade positiva da UE, intuídas a forjar laços de maior proximidade com base em incentivos, em primeiro lugar, económicos (ver texto *Ucrânia e a posição de liderança na Parceria Oriental*), têm apenas merecido o desinteresse e alheamento do executivo ucraniano. Segundo Iryna Solonenko (2012) tal comportamento salda-se numa *performance* democrática significativamente deteriorada, num ambiente negocial adulterado e num sistema judicial totalmente sob o controlo do poder político. Ademais, “a liberdade de associação, a liberdade de expressão juntamente com outras liberdades políticas e individuais indispensáveis ficaram seriamente comprometidas, enquanto a corrupção atingiu um nível ainda mais elevado” (Solonenko, 2012).

Viktor Yanukovich tem sido, pois, a face visível de um sistema viciado que “desliza no sentido contrário da democracia, consubstanciando um caso exemplar da construção de um estado autoritário com grande centralização de poder no presidente. Procurando explicar as razões desta concentração autoritária, Olena Prystayko (2012) aponta cinco razões principais, a saber: a apatia/indiferença da maioria da população, juntamente com a decepção com a política e respectivos políticos; o receio de possíveis acções coercivas ou perseguição política por parte das autoridades; a grave situação económica do país, que faz a sociedade pensar mais na sobrevivência do que propriamente na defesa dos seus direitos e liberdades; desunião

e fragilidade das instituições da sociedade civil; e finalmente, a falta de democracia no seio da própria oposição democrática (Prystayko, 2012). Perante estes desenvolvimentos, não surpreende que em 2012, a Ucrânia tenha perdido, pela primeira vez, o seu estatuto especial do país mais avançado da Parceria Oriental, cedendo esta posição à Moldávia. Até há bem pouco tempo, o estatuto da Ucrânia enquanto o país mais avançado da Parceria Oriental era incontestável: o primeiro Plano de Acção da Política Europeia de Vizinhança foi elaborado para a Ucrânia, a Zona do Comércio Livre Aprofundada e Alargada (ZCLAA) foi pela primeira vez codificada num Acordo de Associação (AA) com a Ucrânia, e o próprio Acordo de Associação, que tinha a ZCLAA como seu componente central, foi negociado durante vinte fases ao longo de três anos, e rubricado em Dezembro de 2011, também com a Ucrânia.

As eleições parlamentares de Outubro de 2012

Perante este panorama endógeno, as eleições parlamentares de Outubro de 2012 não foram mais que uma tímida tentativa de mudar o *status quo ante*. Para o escrutínio, quatro forças políticas apresentaram-se como grandes candidatas: o Partido das Regiões, liderado por Viktor Yanukovich, e até então detentor do poder executivo, bem como da maioria na Verkhovna Rada; a Oposição Unida, uma coligação de vários partidos, o maior do qual é *Batkivshchyna* de Yulia Tymoshenko, seguido da Aliança Ucraniana Democrática para Reformas (UDAR) liderado por Vitaly Klitschko, e do Partido Comunista da Ucrânia, bem como do partido nacionalista *Svaboda*.

As votações, na sequência daquilo que a campanha tendenciosa já deixava antever, evidenciaram graves obstruções à livre expressão dos cidadãos. Do abuso dos recursos administrativos ao suborno de eleitores (Borshchevskaya, 2012), passando pela manipulação dos media e chegando mesmo à prisão de dois opositores proeminentes (Herszenhorn, 2012). De referir é também a avaliação negativa feita, pela primeira vez desde 2004, pelos observadores da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) que empregou neste acto eleitoral o maior número de observadores de sempre neste país, 635. De acordo com o relatório da organização, o sufrágio fora marcado pelo desequilíbrio de forças decorrente da falta de transparência na campanha, ao financiamento dos partidos, bem como a uma cobertura mediática nivelada (OSCE, 2012). Por seu turno, os resultados, além da tradicional “disfunção” regional (Cheney, 2012), demonstraram uma tímida recuperação das forças da oposição, ainda que não colocassem em causa a vitória

UCRÂNIA E A SUA POSIÇÃO DE LIDERANÇA NA PARCERIA ORIENTAL

Em contraste com a antiga política instituída durante a liderança de Viktor Yushenko, a Ucrânia perdeu a sua posição privilegiada na Parceria Oriental, cedendo esta posição à Moldávia, que assumiu uma política de reformas democráticas e integração com a UE, em especial após a mudança de governo em 2009. A Moldávia começou a negociar com a UE o seu Acordo de Associação com a Zona do Comércio Livre Aprofundada e Alargada como a sua parte principal, em Dezembro 2011.

Entre UE e a Ucrânia, a negociação do Acordo de Associação remonta a Janeiro de 2007, tendo como propósito colocar a Ucrânia na vanguarda dos países abrangidos pelo mesmo tipo de *framework* relacional. Após longa maratona negocial, o acordo foi finalmente finalizado em Dezembro de 2011, tendo ao seu abrigo sido estabelecida uma Zona do Comércio Livre Aprofundada e Alargada. Não obstante, perante a atitude da liderança ucraniana, Bruxelas decidiu adiar a assinatura do Acordo de Associação, além adiou a Cimeira UE-Ucrânia de 2012, evento este que se realizava anualmente desde o estabelecimento do Acordo de Parceria e Cooperação, em 1998. Seguindo a política do princípio *'more fore more'*, que está na base da Política Europeia de Vizinhança, a UE atribuiu carácter prioritário à Moldávia.

Depois de ter recebido o Plano de Acção para a Liberalização dos Vistos em 2011, Chisinau conseguiu avançar no processo das necessárias alterações legais, assinando, em Julho 2012, o acordo sobre a segunda fase do Plano de Acção para Liberalização dos Vistos. Já a Ucrânia, que recebeu o mesmo acordo em Dezembro 2010, ainda não conseguiu concluir a primeira fase. Outros países da Parceria Oriental, (e.g. a Geórgia), começaram com os seus processos das negociações sobre Zona do Comércio Livre Aprofundada e Alargada e/ou processo de Liberalização dos Vistos. Com esta *big picture*, é justo afirmar que uma posição exclusiva e especial da Ucrânia no quadro da Parceria Oriental parece ter-se esfumado.

Partido	Porcentagem de votos	Sistema proporcional (deputados)	Círculos uninominais (deputados)	Total (deputados)
Partido das Regiões	30,22	73	115	188
Oposição Unida	25,37	61	43	104
UDAR	13,86	34	6	40
PCU	13,26	32	0	32
Svoboda	10,36	25	11	36
Centro Unido	-	0	3	3
Partido do Povo	-	0	2	2
Partido Oleg Lyashka	-	0	1	1
Soyuz	-	0	1	1
Independentes	-	0	43	43
Total	-	225	225	450

Resultados das eleições parlamentares de 2012. Fonte: *International Republican Institute, 2012.*

do partido do poder. Uma vez que dos 450 lugares da Rada, metade são escolhidos pelo sistema proporcional e a restante metade através de círculos uninominais, é justo avaliar ambos (ver tabela *Resultados das eleições parlamentares de 2012*).

O *output* do exercício eleitoral veio, como se esperava, fazer perdurar o impasse nas relações UE-Ucrânia, com efeitos nocivos para as partes. Da parte de Bruxelas, torna-se insuficiente o esforço político empreendido ao longo dos anos, visando uma integração mais efectiva da Ucrânia no modelo europeu e ocidental. Por seu turno, do lado de Kiev, as reformas iniciadas e os progressos realizados podem simplesmente esfumar-se.

O processo contra Yulia Timoshenko

A ex-Primeira-ministra Yulia Timoshenko não tinha possibilidade de participar nas eleições parlamentares no dia 28 de Outubro de 2012 e em protesto contra as falsificações do processo eleitoral, entrou em greve de fome, que interrompeu a 15 de Novembro, depois de 18 dias.

Em Outubro de 2011, Timoshenko fora condenada a uma sentença de sete anos de prisão por abuso de poder no momento da assinatura do tratado de fornecimento de gás com a Rússia. Além disto, a então Primeira-ministra deveria pagar 150.000 euros à empresa estatal *Naftogaz*. A 18 de Dezembro de 2012, Timoshenko recusou, pela décima segunda vez, assistir à audiência do tribunal, justificando a sua posição com o estado de saúde e o processo de reabilitação, supervisionado por médicos alemães.

Anteriormente, a 3 de Julho de 2012, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos declarou como ilegal a detenção do Ministro dos Assuntos Internos, Yuri Lutsenko, que em Agosto de 2008 fora condenado a mais dois anos e meio de prisão (a sentença inicial fora de quatro anos), com novas acusações. Note-se, porém, que os processos de Yulia Timoshenko ou Yuriy Lutsenko, não são casos isolados: existem processos contra vários membros do antigo governo.

Enquanto Moscovo criticava as lideranças ucranianas, afirmou que as suas acções se inseriam num contexto anti-Rússia, a União Europeia sempre as criticou pela aplicação da justiça de maneira selectiva, em processos com claras motivações políticas. Ademais, os representantes da UE ameaçavam com a possibilidade de não-ratificação do

Acordo de Associação e respectiva ZCLAA, caso Yulia Timoshenko fosse presa ou impedida de concorrer às eleições parlamentares de 2012. De acordo com a posição assumida por Bruxelas, num país que se orienta para a União Europeia, não poderia haver prisioneiros políticos.

A Rússia, União Europeia e a União Europeia

Em Dezembro de 2011, Vladimir Putin anunciou, no seu artigo do jornal *'Izvestia'*, a ideia de formar, em 2012, uma União Eurasiática, partindo da já existente União Aduaneira, constituída pela Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão. O projecto faz constantes referências ao modelo da União Europeia, integrando a Comissão Eurasiática, que começou o seu trabalho em 2012, bem como o Parlamento Eurasiático, cuja criação ainda está no papel. As referências à trajetória da integração na União Europeia (e ao Mercado Comum) são notórias no projecto do Espaço Económico Comum, com as 'quatro liberdades', incluindo o movimento das pessoas, capitais, produtos, e serviços. Quirguistão e Tajiquistão já demonstraram interesse em aderir à União Aduaneira.

“**Enquanto Moscovo criticava as lideranças ucranianas, afirmou que as suas acções se inseriam num contexto anti-Rússia, a União Europeia sempre criticou as lideranças ucranianas pela aplicação da justiça de maneira selectiva, em processos com claras motivações políticas.**”

A União Aduaneira, como conducente a uma União Euroasiática, segundo a planeia Moscovo, é uma forma de contrapor a ZCLAA oferecida por Bruxelas no Acordo de Associação. Em 2012, as lideranças russas demonstraram que estão preparados para lutar por novos Estados-membros. Entretanto, o Primeiro-ministro ucraniano Mykola Azarov já afirmou que Kiev terá um novo preço de gás 160 dólares – em comparação com 425 dólares por 1.000 metros cúbicos, caso a Ucrânia

entre na União Aduaneira. Em Setembro 2012, Moscovo anunciou as condições de redução do preço de gás para a Moldávia, tendo este país de denunciar o protocolo de participação na Comunidade Energética Europeia – ponto de fricção é a necessidade de Chisinau adotar o chamado 'terceiro pacote energético' proposto pela UE até 2015, que almeja uma liberalização do mercado energético europeu – afastando-se, assim, da UE. Tanto Kiev como Chisinau recusaram a proposta russa. Entretanto, Kiev declarou o seu interesse em participar no trabalho da Comissão Eurasiática, presidida pelo oficial russo Viktor Christenko, na qualidade de observador.

De notar que a União Euroasiática surge num contexto de alguma debilidade da União Europeia, amplamente discutida e analisada na Rússia. Neste sentido, a UE tem-se afigurado um modelo de aprendizagem para uma União Eurasiática em formação, e de acordo com o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, a União Eurasiática poderá aproveitar as lições da integração na União Europeia, evitando os erros já conhecidos e assim, percorrer o caminho até a União Eurasiática mais depressa, conseguindo cumprir o prazo de 2015, previamente estabelecido.

No contexto das novas iniciativas surge a antiga pergunta: será que a Rússia e a União Europeia consigam desenvolver políticas compatíveis em relação a sua vizinhança? ■

Referências

- BORSHCHEVSKAYA, Anna. 2012 — “Ukraine’s Parliamentary Election 2012: A Critical Moment for Democracy”. Atlantic Council’s Dinu Patriciu Eurasia Center. Disponível em: http://www.acus.org/files/publication_pdfs/403/Eurasia_Ukraine.pdf
- HERZENHORN, David. 2012 — “Observers Denounce Ukrainian Election, Citing Abuses by Rulers”. *New York Times*. Disponível em: http://www.nytimes.com/2012/10/30/world/europe/international-observers-denounce-ukrainian-election.html?_r=0
- ORGANIZAÇÃO PARA A SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA 2012 — “Statement of Preliminary Findings and Conclusions — Ukraine Parliamentary Elections, 28 October 2012”. Disponível em: <http://www.osce.org/odihr/elections/96675>
- PRYSTAYKO, Olena. 2012 — “Two years of Viktor Yanukovich in power: Observations and conclusions of a trip to Ukraine in December 2011 — January 2012”. *EU Observer*. Disponível em: <http://blogs.euobserver.com/prystayko/2012/02/20/two-years-of-viktor-yanukovich-in-power-observations-and-conclusions-of-a-trip-to-ukraine-in-december-2011-january-2012/>
- SONONENKO, Iryna. 2012 — “Ukraine and the EU after Ukraine’s Parliamentary Elections 2012: How to Break the Stalemate?”. *German-Nordic-Baltic Forum*. Disponível em: http://www.iep-berlin.de/fileadmin/website/08_Veranstaltungen/Baltic-Nordic/2012/IrynaSolonenko_UKRAINE_AND_THE_EU.pdf
- http://www.washingtonpost.com/opinions/ukraine-slides-away-from-democracy/2012/11/08/00722094-2935-11e2-b4e0-346287b7e56c_story.html
- <http://www.rferl.org/content/european-court-says-ukraine-lutsenko-detention-illegal/24633694.html>
- <http://www.kyivpost.com/content/ukraine/azarov-russia-promises-ukraine-gas-for-160-if-it-joins-customs-union-314122.html>
- http://www.latimes.com/news/politics/topoftheticket/lat-na-tt-yanukovich-20120930,0,4412852_story
- <http://www.dw.de/ue-amea%C3%A7a-7a-reverrela%C3%A7B5es-com-ucr%C3%A2nia-ap%C3%B3s-condena%C3%A7C3%A3o-de-timoshenko/a-15453623>
- http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/127064.pdf
- <http://ria.ru/economy/201202/554649085.html?ria=qdt06u5a40a62pb423cgddso3n8tacc>, http://www.eabr.org/general/upload/CIIP%20-%20izdania/Yerbook-2012/a_n5_2012_07.pdf